

Urbanismo, demografia e as formas de morar na metrópole: um estudo de caso da Região Metropolitana de Campinas

Urbanism, demography and the ways of living in the metropolis: a case study in the Metropolitan Region of Campinas

Izabella Maria Zanaga de Camargo Neves
José Marcos Pinto da Cunha

Resumo

Inserindo-se na linha de estudos chamada de "heterogeneidade da pobreza urbana", este trabalho pretende investigar um dos aspectos centrais de tal heterogeneidade, que diz respeito às distintas formas de morar numa metrópole; buscamos, a partir da ótica dos estudos demográficos, somar esforços para melhor entendimento dessa realidade. Parte-se do pressuposto de que a composição e produção do espaço urbano e toda sua heterogeneidade – e desigualdade –, em particular os assentamentos populares, são também, em parte, reflexo das características sociodemográficas específicas da população residente. A investigação tem como objetivo analisar a relação entre as diferentes etapas do ciclo vital familiar (ou curso de vida individual) e condição migratória com as alternativas habitacionais desenvolvidas para alcançar uma moradia.

Palavras-chave: demografia; mobilidade residencial; planejamento urbano; assentamentos urbanos; segregação residencial.

Abstract

Developed within the research line called "heterogeneity of urban poverty", this study aims to investigate a central aspect of this heterogeneity that concerns different ways of living in a metropolis. Based on the perspective of demographic studies, we hope to contribute to a better understanding of this reality. We start from the assumption that the composition and production of urban space and all its heterogeneity - and inequality -, particularly the popular settlements, are also partly a reflection of socio-demographic characteristics that are specific to the resident population. The research aims to analyze the relationship of the different stages of the family life cycle (or course of individual life) and immigration status with housing alternatives that are developed so that people have a place to live.

Keywords: Demography, residential mobility, urban planning, urban settlements, residential segregation

Introdução

A escolha do tema deste artigo deve-se à urgente necessidade de pesquisas acerca de questões urbanas tão atuais quanto históricas no Brasil, como a intensa expansão e adensamento de áreas habitacionais precárias, bem como o caráter segregador da alocação socioespacial da população pobre.

Ao buscar articular algumas noções da demografia à tradição dos estudos urbanos, este trabalho pretende tratar da influência de alguns aspectos sociodemográficos na conformação espacial de uma região metropolitana emergente, no caso, a Região Metropolitana de Campinas. Mais especificamente, trata-se de identificar possíveis influências de certas características demográficas sobre a incidência de diferentes formas de morar observadas na metrópole, com ênfase especial aos assentamentos precários.¹

A ideia da presente linha de investigação foi também motivada por outra constatação: a carência conceitual da literatura acadêmica referente aos assentamentos urbanos populares. Essa carência conceitual muitas vezes acaba por considerar como grupos "homogêneos" populações e tipos de assentamentos que, empiricamente, percebem-se bastante heterogêneos.

Grande parte das categorizações existentes leva em consideração, basicamente, a condição fundiária e ambiental desses assentamentos, pouco atentando para dimensões igualmente importantes, como as condições de

habitabilidade do domicílio, da infraestrutura de seu entorno e, especialmente a composição demográfica da população residente. Não é difícil imaginar como essa última questão teria impacto sobre os tipos de políticas e/ou ações a serem adotadas de forma a atingir mais eficiência no atendimento às necessidades da população.

Tal simplificação é, na maioria das vezes, justificada pela carência de informações confiáveis e detalhadas sobre esses assentamentos (Ferreira et al., 2007, p. 3). O relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no Brasil aponta claramente a necessidade de melhoria da quantidade e qualidade das informações existentes sobre o tema:

[...] as fontes disponíveis, como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, trazem um número limitado sobre esses quesitos, em especial no que se refere aos assentamentos precários. (ODM, 2007)

É justamente nesse sentido que esse artigo também busca contribuir, ao lançar mão de uma pesquisa domiciliar realizada em 2007, que permite um aprofundamento na caracterização e, sobretudo, diferenciação dos domicílios em suas diferentes dimensões. A partir desses dados será possível não apenas incrementar e inovar em algumas destas, como também incorporar novas dimensões, particularmente, a demográfica, que, como se mencionou, é por hipótese de trabalho elemento importante para uma mais apurada categorização de assentamentos.

Segregação e as diferentes formas de morar

Parte-se da hipótese de que existe uma relação entre o perfil sociodemográfico da população e o modo como esta equaciona a questão de moradia no meio urbano. Mais especificamente, acredita-se haver influência de certos atributos demográficos, como é caso do ciclo vital familiar e a condição migratória, sobre a trajetória e a mobilidade residencial das camadas mais empobrecidas, no espaço intraurbano, especialmente em uma região metropolitana. Sendo assim, pode-se também dizer que tais características influenciam o processo de segregação socioespacial. Embora deva-se reconhecer que a trajetória e a mobilidade residencial das camadas mais empobrecidas são condicionadas por questões estruturais, entre elas o comportamento dos mercados – particularmente o fundiário – e a ação (ou não ação) do Estado, não se deve desmerecer o fato de que estas também apresentam estreita relação com fenômenos e comportamentos demográficos como são os casos da mobilidade territorial e a nupcialidade.

De fato, como mostram alguns estudos (Cunha, 1994, Caiado, 2004, Jakob, 2003 e Cunha et al., 2006b), ao responderem a diferentes incentivos e/ou constrangimentos, o perfil demográfico das pessoas ou das famílias que ocupam o território tende a diferenciar-se segundo o lugar que ocupam, acirrando ainda mais o processo de diferenciação sociodemográfica que, como se sabe, é a base para da segregação socioespacial, ao menos nos termos em que aqui consideramos.

Ou seja, a segregação urbana é entendida como manifestação espacial da forma como se organiza a sociedade, caracterizando-se por uma tendência de agrupamento no espaço de grupos sociais homogêneos, “e seria também o resultado de uma desigualdade socioespacial expressando-se na organização territorial da cidade” (Pasternak, 2004, p. 92). Obviamente, tal processo tem como um dos seus principais reflexos a heterogeneidade dos assentamentos humanos e, portanto, seu entendimento também pode levar à melhor compreensão da complexidade das formas de morar existentes nas grandes aglomerações urbanas.

Segundo Lago (2003), o debate acadêmico e político no Brasil em torno do tema da segregação nas grandes cidades tem a ilegalidade urbana como um dos parâmetros centrais na definição das “clivagens socioespaciais” em discussão (p. 2, aspas do autor).

Alguns autores brasileiros apontam, por exemplo, certo descompasso entre as teorias urbanísticas internacionais, amplamente aceitas, e a realidade urbana nacional. Maricato (1996) coloca a expressão “ideias fora do lugar”. Refere-se ao ideário do planejamento urbano importado e fielmente reproduzido no Brasil, fazendo contraponto ao “lugar fora das ideias”, que consiste em grande parte da realidade urbana – ilegal, oculta, ignorada – apartada de teorias, leis, planos e gestão, e desse mesmo ideário estrangeiro (Ferreira, 2000, p. 9).

Assim, as cidades parecem “partidas” em duas porções (Ribeiro, 2000), uma delas é a cidade formal, destinada às classes média e alta, que se equipara a outras cidades do mundo desenvolvido no que concerne aos investimentos e à qualidade da infraestrutura, habitação, serviços. A outra é a chamada

cidade informal, onde pobreza e invisibilidade persistem e avançam (Maricato, 1996).

A urbanização no Brasil, e particularmente em suas áreas metropolitanas, tem assumido um padrão definido pela segmentação e diferenciação social, demográfica, econômica e ambiental. Tal padrão caracteriza-se também pela baixa qualidade de vida urbana e pelo crescimento físico elevado, expansão periférica e todas as consequências que isso implica: deficiências na infraestrutura urbana e nos equipamentos sociais, produção de vazios urbanos infraestruturados, retenção especulativa de solo, entre outras.

Como mostram vários autores (Gottdiener, 1993; Kowarick, 1980; Bonduki e Rolnik, 1979 e 1982; Ribeiro e Lago, 1999; Santos 1996; Maricato, 1996; Ribeiro 1997; entre outros), o entendimento desse fenômeno e, particularmente, de uma de suas principais expressões, a segregação socioespacial, passa por uma compreensão de aspectos como a formação do preço do solo urbano e a consequente geração de renda fundiária urbana.

Mais que isso, há também que se ter em conta um debate mais contemporâneo sobre os "caminhos" da diferenciação socioespacial de nossas metrópoles. De fato, discussões e debates sobre a formação de uma cidade dual (Sassen, 1991, Mollenkopf e Castells, 1992), assim como os impactos da reestruturação produtiva sobre o urbano (Harvey, 2005, Castells, 1999) são questões que devem nortear qualquer estudo sobre fenômenos urbanos.

De fato, não só internacionalmente, mas também no Brasil, tem sido intensa a discussão, por exemplo, se o padrão "centro-periferia" como observado no passado, em particular nos anos 70, ainda seguiria vigente.

Na verdade, no debate acadêmico sobre o tema, tal diferenciação não parece tão consensual. Por exemplo, como Ribeiro e Lago (1994), Bógus (1992) e Rolnik et al. (1990) alertam para a crescente dificuldade de considerar a distinção centro-periferia. Ribeiro (2000) acredita que com as atuais transformações socioeconômicas, as cidades podem até estar mais homogêneas quando examinadas em escala macro; porém, apresentam-se mais fraturadas, em escala micro (ibid., p. 47).

Por outro lado, Marques e Torres (2005) argumentam que há diversidade em espaços homogêneos. Entretanto, a estrutura geral da metrópole continua a ser caracterizada por inúmeros espaços homogêneos social e espacialmente separados entre si, configurando uma intensa segregação entre áreas ricas e pobres. Ao mesmo tempo, entretanto, espaços igualmente pobres por vezes apresentam características muito diferentes entre si no que diz respeito a equipamentos públicos ou características relativas a diferentes intensidades de mazelas urbanas como desemprego e violência (Marques e Torres, 2005).

Abramo (2003) chama a atenção para o fato de as cidades brasileiras serem bastante segmentadas e heterogêneas no que diz respeito à composição e alocação da população e dos equipamentos em seu espaço geográfico, sendo a dificuldade ao acesso a terra, e consequentemente à moradia, um dos fatores causadores de tal realidade (p. 2).

Assim, podemos inferir que, apesar do debate existente sobre a dificuldade atual de se manter a clássica dicotomia centro-periferia, dado um presumível crescimento da heterogeneidade de ocupação do tecido urbano, o fato é que a segmentação socioespacial ainda

permanece bastante visível na maioria das aglomerações urbanas brasileiras.

Além disso, a despeito dos investimentos realizados pelo poder público na ampliação da cobertura da infraestrutura urbana (como saneamento básico, iluminação pública entre outros), fato gerador de melhorias na qualidade do ambiente urbano e de sua população, observa-se o contínuo crescimento da segregação residencial. Ou seja, além das características físicas dos domicílios, suas localizações também devem ser levadas em conta de forma a se ter um melhor diagnóstico da situação.

Dessa forma, confirma-se a afirmação anterior, acerca da necessidade de novos olhares sobre a organização do espaço urbano e a formulação de pesquisas que resultem em dados mais eloquentes sobre aspectos que ainda permanecem, de certa forma, pouco claros. Ou seja, a heterogeneidade das formas de assentamentos humanos deveria levar em conta também a qualidade dos serviços básicos segundo sua distribuição espacial no tecido urbano, a acessibilidade, enfim, elementos que se destacam cada vez mais com o aumento da segregação socioespacial.

Urbanismo e demografia: em busca de um novo olhar para o "morar na metrópole"

Os assentamentos urbanos populares constituem objeto de estudo principal deste artigo. A opção pelo estudo das formas de morar dos estratos socioeconômicos mais empobrecidos se deve, em primeiro lugar, por sua relevância social, haja vista o impacto que isso pode ter

sobre políticas visando mitigar, reduzir ou, no melhor dos casos, eliminar o déficit habitacional existente em nossas cidades.

Em segundo lugar, porque se acredita que o maior poder aquisitivo, ao implicar a ampliação do leque de alternativas habitacionais, também tem impactos sobre a estrutura de incentivos e/ou constrangimentos envolvidos nas decisões sobre onde morar. Como se pode constatar em estudos, por exemplo, sobre os condomínios fechados

[...] Além de serem distantes, segregados e seguros, supõe-se que os condomínios fechados sejam universos autocontidos. Os moradores devem ter ao seu dispor quase tudo o que precisam para que possam evitar a vida pública da cidade. (Caldeira, 2001, p. 267)

Dessa forma, é muito provável que os elementos demográficos também tenham influência sobre a máxima do "quem casa quer casa" e que valham para qualquer estrato social. No caso dos estratos mais abastados, estarão mais diluídos e, provavelmente, não serão tão decisivos quanto para a população de mais baixa renda.

Partimos da visão de Bourdieu e Passeron (1982), para os quais os atores sociais estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais, dessa maneira, a posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político) condiciona seu posicionamento espacial e, na luta social, identifica-se com sua classe social:

[...] É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado. (Ibid., 1982)

Contudo, além dessa questão primordial, que é o posicionamento socioeconômico, considera-se que os condicionantes da produção do espaço urbano, entre eles os mercados de trabalho e de terra, afetam diferencialmente o indivíduo ou a família, segundo o estágio do ciclo de vida, a composição por sexo e idade, a condição migratória, etc. Portanto, particularmente para os estratos sociais mais baixos,² esses atributos deveriam ser considerados como fatores importantes que interfeririam sobre a definição de como e onde morar.

Na verdade, parte-se do pressuposto de que os comportamentos demográficos, embora não possam ser considerados condicionantes centrais dos processos de produção do espaço urbano – estes claramente estruturais –, são, no mínimo, reflexos desses processos, guardando uma relação muito estreita com os mesmos, inclusive podendo retroalimentá-los.

Um exemplo disso seriam os processos de formação das grandes áreas periféricas que são expressão, por um lado, do custo do solo urbano nas áreas mais centrais, mas também, por outro lado, da ação das redes ou movimento sociais que acabam por incentivar o adensamento de tais áreas. Nesse sentido, tendemos a concordar com a Wisner (2003) quando afirma que “pessoas com características similares tendem a se assentar na mesma ou em áreas similares” (tradução livre).

Kowarick (1991) observa que indivíduos sócios e casais jovens sem filhos mais frequentemente se dispõem a “morar de aluguel” em favelas e cortiços, uma vez que sua localização geográfica mais central pode constituir aspecto facilitador da sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Já casais jovens, com filhos ainda pequenos, não raro, ocupariam

cômodos cedidos por familiares, dividindo o lote paterno. Muitas vezes, o passo seguinte para estes, entre as alternativas habitacionais possíveis, é o embrião de uma casa, construído numa periferia mais distante.

Nele, a família, com ajuda de parentes, amigos e conterrâneos, no que ironicamente se chama de tempo livre, durante 25 ou trinta anos, lentamente, vai ampliando ou reformando uma casa plena de significados. (Kowarick, 1991, p. 4)

O autor demonstra, assim, a intensa relação entre o acesso à moradia e as características pertinentes à dinâmica demográfica – particularmente os diferentes estágios do ciclo de vida familiar ou cursos de vida.

Em relação a outros aspectos da dinâmica demográfica e distribuição da população no tecido urbano, Pasternak observa a influência da composição etária da população na ocupação espacial da cidade de São Paulo, exemplo que seguramente pode ser replicado para outras grandes cidades brasileiras:

[...] a estrutura etária varia por anel ocupado; há um nítido envelhecimento da população nas áreas centrais, enquanto que a proporção de jovens na periferia é maior que em outros anéis. (2001, p. 3)

Pasternak também alerta para a necessidade de se pensar as novas formas de habitar geradas por questões estritamente pertinentes ao campo demográfico, como queda das taxas de fecundidade e maior esperança de vida, que se acentuaram a partir de meados dos anos 80. Segundo a autora, rebatimentos urbanos de tais indicadores são observados de forma inequívoca na maneira como alguns padrões de sociabilidade vêm se alterando, como a

redução do tamanho dos domicílios e o surgimento de novos arranjos familiares (Pasternak, 2001, p. 3).

No que se refere à condição migratória, vários estudos mostram os diferenciais existentes entre migrantes e não migrantes no que se refere à inserção desses indivíduos no mercado de trabalho. Sobre essa situação, Batista e Cacciamalli apontam:

A migração traz a necessidade de inserção em um mercado de trabalho no local de destino, onde os atributos pessoais e produtivos podem ter valores distintos daqueles verificados no local de origem. A existência de grandes distinções na estrutura ocupacional entre as regiões pode fazer com que homens e mulheres migrantes tenham acesso diferenciado ao mercado de trabalho local, quando comparados à população não migrante. (2009, p. 98)

Já Cunha e Dedecca (2000) mostram que de fato existem diferenças significativas em termos da inserção dos imigrantes na RM de São Paulo. Embora o estudo mostre que os migrantes encontravam-se, em geral, mais empregados que os não migrantes, a face perversa dessa realidade era que os primeiros apresentavam um perfil ocupacional que apontava maior precariedade na forma dessa inserção.

A família como unidade de análise

Diversos estudos indicam que a localização residencial constitui um dos elementos mais importantes no universo familiar dos pobres urbanos (Abramo, 2003). Reconhecendo a importância de tal relação, colocamos a

família como unidade básica de análise, por entendermos que é dentro desse núcleo que se determinam muitas das decisões relativas – e essenciais – à sobrevivência de seus atores.

Segundo estudo de Bilac (1997), a família e seus desdobramentos constituem clássico tema de estudo nas ciências sociais, particularmente no campo das migrações:

Estas análises claramente explicitaram o papel da família e das relações familiares como condicionantes importantes ao longo de todas as etapas do processo migratório: da decisão de morar, dos arranjos econômicos necessários à implementação desta decisão, à integração do migrante à sociedade urbana. (Lopes, 1964, Durham, 1973 in Bilac, 1997, p. 177)

Em outro texto, Bilac ressalta a importância da família enquanto esfera da produção e reprodução, e a forma como esta é impactada por toda e qualquer intempérie socioeconômica. Dentre esses fatores que impactam a família podemos citar a busca por moradia e o fato de esta ser inacessível para muitos (2006, p. 58).

Assim, entendemos que, de acordo com as modificações ocorridas na composição familiar, entre outros fatores, pelas sucessivas etapas do ciclo vital, as necessidades habitacionais do grupo familiar se alterarão, o que pode se tornar fator de mobilidade espacial do grupo ou individual.

Desta forma, sem desconsiderar os condicionantes clássicos dessa mobilidade residencial, em geral ligados à dinâmica dos mercados de terra e de trabalho, não se pode deixar de considerar que as etapas do ciclo vital familiar, bem como a composição dessas famílias, possivelmente acabarão tendo peso significativo sobre a decisão final de mudança.

Ou seja, trata-se de resgatar para o âmbito intraurbano a instigante proposta desenvolvida por Singer (1980) para explicar a migração rural-urbana que diferenciava as causas – estruturais – que afetavam grupos ou, em seus termos, classe sociais, dos motivos – estes individuais – que teriam impacto sobre a decisão final.

É bom lembrar que, especificamente no que se refere às “preferências habitacionais” – se é que se pode dizer que a população enfocada nesse estudo tem esse poder garantido –, existem ao menos duas formas, não necessariamente contraditórias, que traduziriam certas opções: a primeira e talvez a mais comum, não apenas no caso da RM de Campinas,³ mas em outras RM’s do estado de São Paulo, diz respeito ao custo da moradia expresso no preço dos terrenos ou nos aluguéis das áreas e municípios mais centrais das regiões; a segunda ligada à facilidade de acesso ao mercado de trabalho a partir do local de moradia.⁴

Embora aparentemente contraditórias, já que a primeira forma implicaria o distanciamento das pessoas das áreas mais centrais, e a segunda poderia implicar localizações mais centrais – mesmo que em condições mais precárias como favelas, cortiços e ocupações –, ambas guardam lógicas semelhantes.

Ou seja, tanto num caso como em outro, a questão central seria buscar locais acessíveis para se morar, sendo tal acessibilidade traduzida tanto em termos do custo de moradia quanto em termos da possibilidade de acesso a bens, serviços, e, claro, ao trabalho. Na verdade, mesmo no caso da formação das periferias, estas não se apresentam de forma aleatória no espaço metropolitano (Cunha, 1994), já que

não apenas dependem, em boa medida, das ofertas imobiliárias, mas também das ligações que tais zonas possuem com o resto da região, particularmente com aquelas áreas onde se concentram as atividades produtivas.

De fato, a importância da mobilidade pendular em nossas metrópoles atesta, em grande medida, que a decisão de morar, via de regra, também leva em conta a possibilidade de acesso físico às oportunidades oferecidas pela metrópole (Ojima, 2007).

E, assim, acreditamos que impulsionadas por transformações endógenas inerentes às etapas do ciclo vital, movimentos migratórios e/ou por fatores exógenos, como inserção ou exclusão do mercado de trabalho, influência de redes de relacionamento, ações públicas como remoção de áreas de risco, tais famílias movam-se na busca do *locus* disponível que seja mais apropriado, ou condizente, com as intermitências de suas necessidades locais, traçando a trajetória da pobreza urbana nas metrópoles brasileiras.

Outra “mirada” demográfica: a condição migratória e direito à moradia

Ainda que o direito à moradia seja um consenso entre todas as esferas da sociedade, e, para os brasileiros, um direito constitucional desde 1988, a realidade urbana revela-se diversa. Segundo Maricato, o uso ilegal do solo e a ilegalidade das construções atingem mais de 50% das construções nas grandes cidades brasileiras, o que gera total incompatibilidade entre a chamada cidade legal e a cidade real. (1996, p. 16)

Em conjunto com outras formas de assentamentos urbanos, estimuladas pelo estado ou pela iniciativa privada, os espaços constituídos de forma irregular, por ocupação espontânea ou mesmo por produção imobiliária fora dos moldes impostos pelas municipalidades, constituem um "mosaico" de situações dentro da cidade.

Segundo Ferreira et al., a multiplicidade de tipos de assentamentos urbanos precários são, em grande parte, produto da falta de ações públicas habitacionais:

[...] as diversas soluções habitacionais precárias das quais a população de baixa renda com frequência lança mão pela baixa oferta de programas públicos e por não dispor dos recursos necessários para acessar soluções via mercado. (2007, p.2)

Todavia, longe de uma característica da modernidade, essa parece ser uma questão histórica no Brasil. Segundo Maricato (1997), o fato de a terra ser inacessível às populações mais pobres remonta ao nosso passado mais longínquo, à época da abolição da escravidão, quando a propriedade da terra foi regulamentada pela Lei de Terras. A propriedade da mão-de-obra escrava foi substituída pela propriedade do meio de produção (terra), assegurando a hegemonia econômica e política à Coroa Portuguesa e à elite branca, negando o acesso a terra às camadas mais empobrecidas da população. Já no século XX, no início da década de 1930, período efetivo do processo de urbanização brasileiro, a segregação socioespacial progressivamente vai se revelando a partir da alocação de negros, brancos pobres e migrantes nas franjas urbanas (ibid., p. 37).

E o que se observa é que tal situação só se agravou com o passar do tempo, como demonstram Patarra e Cunha, usualmente migrantes são vistos como pobres e excluídos socialmente, além do que tenderiam a atrair mais migrantes em função das redes de relacionamento estabelecidas no local de origem (1987).

Ainda, confirmando tal situação, Preteceille e Valladares explicitam o atual estigma de marginalidade sofrido pelos migrantes nos grandes centros:

O favelado, o morador da favela, passou a simbolizar o migrante pobre, semi analfabeto, biscateiro, incapaz de se integrar e se adaptar ao mercado de trabalho da cidade moderna, industrial. (2000, p. 377)

Levando em conta que a dificuldade por parte das camadas mais empobrecidas ao acesso à terra tem origens bastante distanciadas dos dias atuais, como aponta Maricato (1997), o senso comum do migrante recém-chegado como principal gerador e replicador dessa realidade pode (e talvez deva) ser questionado.

Aliás, esse tipo de preconceito já foi denunciado em pelo menos um estudo do gênero no qual a questão central era o mercado de trabalho. Nele Cunha e Dedecca, ao sugerirem "uma abordagem sem preconceito", contestavam a visão de que os problemas observados no mercado de trabalho seriam devidos à migração. A análise mostra que:

[...] a migração para a Região Metropolitana representa relativamente pouco para o crescimento da PIA e da PEA. Ademais, as possibilidades de inserção dos novos residentes são crescentemente

contingenciadas nos segmentos mais precários do mercado de trabalho, em razão das dificuldades econômicas da região e seus efeitos de bloqueio do processo de mobilidade social observado em décadas anteriores. Tais dificuldades reduzem acentuadamente as oportunidades de trabalho nos segmentos ocupacionais mais formalizados. (2000, p. 116)

Ou seja, responsabilizar o migrante por estas e outras mazelas sociais, além de injusto, seria, no mínimo, um reducionismo intencional visando escamotear os reais problemas de nossa sociedade.

E é esse um dos pontos cruciais deste trabalho: melhor delinear os diferentes perfis sociodemográficos, em termos das etapas do ciclo vital, bem como das condições migratórias mais frequentes entre as diferentes modalidades habitacionais destinadas às camadas mais carentes da população. Dentro da hipótese fundamental desta linha de pesquisa, tais características constituir-se-iam importantes fatores geradores da heterogeneidade de tipos de assentamentos urbanos precários.

Não se pode esquecer que o perfil demográfico acaba sendo não apenas um elemento importante para a diferenciação de tais assentamentos, mas principalmente uma chave para o reconhecimento da diversidade de situações que devem ser consideradas para efeitos de planejamento e implementação das políticas públicas. Afinal, estas são voltadas para as pessoas que se organizam em famílias, apresentam um histórico migratório, encontram-se em momento distintos de suas vidas e, portanto, apresentam necessidades diferenciadas, entre elas a habitação.

Uma proposta para categorização de assentamentos urbanos populares usando a demografia

É notório que o tema dos assentamentos urbanos precários carece de conceituação mais criteriosa e detalhada. De acordo com a literatura pesquisada, são usadas para fins de classificação desse verdadeiro mosaico de situações habitacionais três categorias principais que analisam basicamente as condições do assentamento segundo sua situação jurídica (fundiária), urbanística e ambiental.

Contudo, na diversidade de assentamentos precários, encontramos tipos que não se encontram circunscritos a essas condições. Ferreira et al. observam:

[...] a questão da habitação precária envolve diversas situações distintas como favelas, loteamentos clandestinos e irregulares e cortiços, marcados também por intensa heterogeneidade interna [...], mesmo os conjuntos habitacionais construídos pelo poder público em décadas recentes por vezes apresentam avançado estado de degradação. (2007, p. 3)

Alfonsin et al. (2002) demonstram que a complexidade do tema vai muito além das características jurídicas da propriedade. Citam a imensa variedade de irregularidades urbanas existentes no Brasil as quais abarcam desde áreas precárias destinadas às populações de mais baixa renda, até os condomínios fechados e privatização da orla marítima, modalidades praticadas pelas altas e médias classes sociais.

Como colocam os autores acima, não é possível afirmar que a condição de propriedade, do domicílio ou terreno, seja suficiente para identificar as diferentes formas de assentamentos precários presentes nas cidades. Muito embora o próprio IBGE utilize a situação de propriedade para caracterizar os chamados aglomerados subnormais.

O diferencial da presente proposta é que, além de ampliar as possibilidades de captação das condições de regularidade fundiária e estrutura urbanística do local em função dos dados disponíveis, também estabelece uma relação entre essas características com as condições socioeconômicas e demográficas da população residente, mensuráveis através de indicadores selecionados. Dessa forma, através da análise da relação entre essas dimensões, busca-se categorizar as possíveis variações existentes entre assentamentos urbanos.

O desenvolvimento dessa categorização se beneficia das informações provenientes do questionário por amostragem domiciliar, relativo à pesquisa *Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrópoles do Interior Paulista: Campinas e Santos*, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO). Os questionários foram aplicados por sorteio em cerca de 3.600 domicílios em diferentes pontos das regiões metropolitanas de Campinas e Baixada Santista,⁵ no segundo semestre de 2007.

O caráter inovador do questionário utilizado permite maior visibilidade das diferentes dimensões que compõem o cenário da diversidade das "formas de morar",⁶ o que permite aplicar um critério alternativo de classificação, utilizando informações inéditas relativas à frequência dos serviços de água potável e coleta de lixo.

Dentro de uma variada gama de possibilidades de apreender os fatores relacionados à heterogeneidade socioespacial observada nas grandes metrópoles, este trabalho leva em conta diferentes dimensões que basicamente comporiam um assentamento urbano, usando a Região Metropolitana de Campinas como estudo de caso.

Para a construção da categorização de assentamentos serão abordadas duas dimensões consideradas centrais, que serão complementadas por uma terceira dimensão – a demográfica – considerada igualmente importante. Elementos a serem considerados:

a) *Condições estruturais do domicílio e seu entorno*: qualidade construtiva do domicílio e os equipamentos urbanos existentes no entorno, indicando não só aspectos importantes e tradicionalmente captados, como as condições de saneamento básico, mas, principalmente, a frequência dos serviços públicos como abastecimento de água, coleta de lixo e condições de manutenção das ruas.

b) *Situação fundiária do terreno e domicílio*: existência de irregularidade(s) no tocante à questão da segurança de posse (sobre o lote e/ou domicílio). Demonstrando a maior ou menor situação de vulnerabilidade dos residentes em relação à possibilidade de permanecer no local ou serem removidos pela falta ou inadequação da documentação de posse do imóvel.

c) *Características demográficas*: aspectos relacionadas ao momento do ciclo vital, arranjos familiares, sexo, idade e condição migratória que, por hipótese, estariam ligadas às diferentes possibilidades de acesso e mobilidade habitacionais.

Dimensões construtivas, locacionais e fundiárias: um olhar a partir do enfoque das necessidades atendidas

O uso das informações listadas anteriormente foi esquematizado em duas etapas. Uma primeira análise dos dados usou o método das "Necessidades Básicas Insatisfeitas" (NBI). Proposto por pesquisadores da CEPAL, tem a finalidade de mensurar as condições de vida da população latino-americana, em especial suas carências relacionadas ao acesso a bens e serviços considerados mais elementares para a sobrevivência de indivíduos e grupos. Visa, portanto caracterizar a pobreza, ainda que, como ressaltam Feres e Mancero esta seja, "um termo de muitos significados e envolve inúmeras situações" (2001, p. 7).

Foi escolhido o critério do NBI (aqui chamado NBI_Convencional) para que nessa primeira etapa da classificação fossem separados numa categoria os domicílios que se encontrassem em condições de inadequação habitacional e social.

Para tal, alguns ajustes foram necessários em relação aos pressupostos originais propostos pela CEPAL a fim de adequá-los à região onde foi feita sua aplicação (RMC). Desta forma, em sua construção foram utilizadas as seguintes variáveis:

- *Densidade domiciliar*: número de moradores por cômodo usado como dormitório. Nesse caso, foram considerados satisfeitos (NBS) naqueles domicílios em que esse número é menor ou igual a 3 pessoas, e insatisfeitos (NBI) aqueles onde tal indicador é superior a 3;

- *Paredes internas* total ou parcialmente revestidas (NBS), sem revestimento (NBI);
- *Abastecimento de água* por acesso à rede geral de com canalização interna (NBS), outras formas de abastecimento (NBI)
- *Destinação do esgoto* por rede geral, fossa séptica ou fossa rudimentar (NBS), outras formas (NBI);
- *Instalação sanitária* exclusiva ao domicílio (NBS), comum (NBI);
- Domicílios sem *presença de analfabetos funcionais* (NBS), com analfabetos funcionais (NBI).

Uma vez recodificadas tais variáveis em respostas dicotômicas (zero para NBS e 1 para NBI), foi feita o somatório das mesmas, tendo-se chegado a uma nova variável que define duas grandes categorias de domicílios: aqueles que somaram zero, isto é, não apresentaram nenhuma inadequação segundo os parâmetros adotados, e aqueles que pontuaram de um a seis, por apresentarem uma ou mais inadequações.⁷

A segunda etapa desse processo investiga a inadequação oculta pelas metodologias mais tradicionais de análise. Metodologias que se baseiam apenas em indicadores referentes à cobertura da infraestrutura urbana, na presença do Estado por meio do aparelhamento urbano, sem averiguar se haveria simetria na qualidade dos serviços que tais equipamentos devem prestar à população.

Portanto, separamos numa base de dados apenas os domicílios que não pontuaram na etapa anterior. Ou seja, aqueles considerados satisfeitos em suas necessidades básicas, e os reclassificamos utilizando variáveis que

abordavam a qualidade de alguns serviços e as condições de manutenção da via em que está localizado. A finalidade seria abrir esse grupo em duas categorias: aqueles não adequados sob tais critérios (que chamamos de NBI_Ampliado) e aqueles atendidos também nesses. As variáveis utilizadas foram:⁸

- *Frequência do fornecimento de água* (todos os dias o dia todo ou irregular);
- *Periodicidade da coleta do lixo* (todos os dias/ mais de uma vez por semana ou uma vez por semana/ irregular);
- *Qualidade da rua* (pavimentada com/sem buracos ou terra batida com/sem cascalho).

A dimensão demográfica como elemento relevante

Às dimensões consideradas anteriormente, a saber, as condições estruturais e do entorno, agregou-se uma terceira, a demográfica.

Nesse caso, na medida em que o interesse maior do estudo era verificar a relevância de certos aspectos demográficos na classificação dos assentamentos, optamos por analisar o comportamento (ou regularidade) de alguns indicadores demográficos para as categorias anteriormente definidas.

Dessa forma, para as variáveis escolaridade, tempo de residência, condição migratória, número de mudanças intramunicipais, número de municípios prévios, grupo etário e sexo, buscou-se identificar regularidades de cada um deles dentro dos grupos de domicílios identificados. Ou seja, a ideia foi identificar a existência de algum padrão quanto a

essas variáveis, de maneira a ter elementos que referenciassem (ou não) a relevância de tais dimensões para melhor se conhecer ou especificar e heterogeneidade das situações de morar.

Evidências da análise univariada:

Com a finalidade de testar nossa hipótese inicial, ou seja, de que poderiam existir padrões de comportamentos sociodemográficos por detrás de certas categorias de assentamentos urbanos, foram analisados alguns cruzamentos de informações derivadas da pesquisa domiciliar.⁹

A Tabela 1 demonstra, primeiramente, a esperada aderência entre a escolaridade do responsável e a classificação dos domicílios adotada. O que se observa é que quanto mais se avança nos anos de estudo maior é a proporção dos domicílios em condições mais satisfatórias. O mesmo ocorre com relação ao NBI_Ampliado, muito embora nesse caso a distribuição entre domicílios NBI e domicílios NBS seja semelhante, o patamar daqueles intermediários é pouco maior, principalmente no grupo de maior escolaridade (10,4%). O que pode significar que mesmo mais escolarizados esses indivíduos ainda apresentam alguma inadequação no que diz respeito à sua moradia.

Com as Tabelas 2 a 5 busca-se identificar a relação em situações inadequadas de habitação e a condição migratória, tendo como hipótese que a mobilidade residencial nas metrópoles brasileiras, sobretudo aquela

Tabela 1 – Escolaridade do responsável pelo domicílio, segundo categorias de condições domiciliares, RMC, 2007

Escolaridade do responsável	NBI_Convencional		Total	NBI_Ampliado		Total
	NBI - %	NBS - %		NBI - %	NBS - %	
Analfabeto / Primário completo	17,2	82,8	100,0 (382)	17,5	82,5	100,0 (228)
Primário completo / Ginásio incompleto	16,4	83,6	100,0 (555)	15,2	84,8	100,0 (419)
Ginásio completo / Colegial incompleto	18,8	81,2	100,0 (259)	18,3	81,7	100,0 (196)
Colegial completo / Superior incompleto	12,4	87,6	100,0 (458)	8,9	91,1	100,0 (389)
Superior completo / Pós-Graduação	4,9	95,1	100,0 (169)	10,4	89,6	100,0 (161)

Fonte: Pesquisa domiciliar, Projeto Vulnerabilidade, Nepo/Unicamp, 2007.

envolvendo mudança de municípios, embora tenha sido utilizada para a solução de ao menos um aspecto da segurança habitacional – a posse –, não tem sido capaz de atacar um aspecto fundamental, que é a qualidade das formas de morar. O conhecido e tradicional binômio loteamento popular a autoconstrução e, nas últimas décadas, também a figura das ocupações são processos muito comuns nas RMs que, como já observado, pouco também avançaram na redução de seus processos de segregação socioespacial e, principalmente seus efeitos mais nefastos.

O primeiro indicador utilizado é o tempo de residência do responsável pelo domicílio. Recordemos que se supõe que o tempo de residência no município seria elemento importante não apenas para incrementar as possibilidades

de inserção social e produtiva dos indivíduos, mas também para a aquisição de informações sobre as possibilidades oferecidas na região, particularmente em termos habitacionais.

De fato, a Tabela 2 mostra que os responsáveis por domicílios migrantes mais antigos (acima de 20 anos de residência) apresentam o menor percentual de incidência de NBI_Convencional. Muito embora esse resultado esteja dentro do esperado, chama a atenção, no entanto, o fato de que os migrantes mais recentes (com menos de 10 anos de residência) parecem não apresentar a pior situação, ficando essa para aqueles com duração de residência nos municípios onde foram entrevistados entre 10 e 19 anos.

Tendo em vista a hipótese de partida, é difícil compreender esse resultado, contudo,

Tabela 2 – Tempo de residência do responsável pelo domicílio, segundo categorias de condições domiciliares, RMC, 2007

Tempo de residência	NBI_Convencional		Total	NBI_Ampliado		Total
	NBI - %	NBS - %		NBI - %	NBS - %	
0 a 9 anos	17,9	82,1	100,0 (258)	12,2	87,8	100,0 (194)
10 a 19 anos	23,6	76,4	100,0 (265)	25,4	74,6	100,0 (189)
Mais de 20 anos	12,1	87,9	100,0 (563)	13,4	86,6	100,0 (475)

Fonte: Pesquisa domiciliar, Projeto Vulnerabilidade, Nepe/Unicamp, 2007.

isso pode sugerir o impacto de dois aspectos revelados pela pesquisa de campo realizada (Cunha, 2009): o primeiro que mostra que mais de 61% dos migrantes que chegam à RMC vão residir em casas alugadas, fato que vale até mesmo para aqueles que no momento da entrevista já residiam nas áreas mais periféricas e com piores condições; o segundo diz respeito ao impacto das redes sociais no processo migratório que pode aliviar, de certa forma, as necessidades habitacionais iniciais desses migrantes até a sua solução mais definitiva que, como já se frisou, não seria necessariamente a melhor em termos qualitativos. Os mesmos dados mostram que para os migrantes responsáveis pelos domicílios que viviam nas áreas mais carentes da região, quase 20% deles na chegada foram residir em casas de parentes.

De alguma maneira, esse resultado poderia contribuir para questionarmos a ideia, comentada anteriormente, sobre o mito do migrante recente como agente propagador da precariedade habitacional, concepção esta

que definitivamente deve passar por uma revisão e, portanto, merecer novos olhares. De qualquer forma, novas análises seriam necessárias para se chegar a uma resposta mais definitiva.

Analisando a condição migratória a partir do componente espacial (Tabela 3), observamos que entre os não migrantes do município onde foi realizada a entrevista, o maior percentual dos chefes de domicílio está na categoria NBS. O interessante desses dados é observar que justamente o migrante intrametropolitano apresenta-se com os maiores percentuais de NBI_Convencional (66,5%), o que, se por um lado volta a desabonar o (pre) conceito de que o migrante de longa distância seria o principal agente da precariedade habitacional, por outro lado, corrobora o papel dos movimentos migratórios internos na metrópole como fomentadores da segregação socioespacial (Cunha et al., 2006b).

Como já comentado, tal resultado também espelharia a necessidade dos mais pobres

Tabela 3 – Condição migratória do responsável pelo domicílio, segundo categorias de condições domiciliares, RMC, 2007

Condição migratória	NBI_Convencional		Total	NBI_Ampliado		Total
	NBI - %	NBS - %		NBI - %	NBS - %	
Não migrante	17,2	81,8	100,0 (737)	9,0	91,0	100,0 (394)
Migrante intra metropolitano	66,5	33,5	100,0 (176)	13,6	86,4	100,0 (82)
Migrante extra metropolitano	21,3	78,7	100,0 (910)	15,7	84,3	100,0 (977)

Fonte: Pesquisa domiciliar, Projeto Vulnerabilidade, Nepo/Unicamp, 2007.

de migrar internamente na metrópole rumo às periferias, a fim de obter moradia mais condizente com seus ganhos, fugir do aluguel ou alcançar um local com alguma segurança de posse. É provável que isso ocorra porque, ao menos do ponto de vista habitacional, tal mobilidade poderia implicar uma espécie de “ascensão social” a partir da redução do que vem sendo chamado “(in)segurança habitacional”. Deve-se lembrar que a possibilidade de mobilizar-se, muitas vezes, pode ser considerada como um ativo para os indivíduos reduzirem suas vulnerabilidades (Kaztman et al., 1999).

De fato, estudos anteriores sobre algumas RMs (Cunha, 1994 e 2006, Jakob, 2003, Caiado, 2004) mostram que, ao contrário do que se esperaria, são justamente os mais pobres e migrantes que adotam a opção da “propriedade” com maior intensidade, tendo em vista o padrão de ocupação periférica de nossas metrópoles. No caso específico da RMC, a análise dos dados sobre propriedade do imóvel e domicílios alugados mostra que tanto utilizando o critério das “Zonas de

Vulnerabilidade”¹⁰ (ZV’s) como o método das Necessidades Básicas Insatisfeitas são mais altos os percentuais de proprietários nas áreas mais carentes (65,4% dos domicílios NBI contra 58,6% dos NBS), e de domicílios alugados naquelas de maior poder aquisitivo (30,8% dos domicílios NBI contra 12,8% dos NBS). Nesse sentido, a “segurança habitacional”¹¹ estaria minimamente garantida.

Outra maneira de abordar a mesma questão seria a partir da observação da relação existente entre os domicílios classificados segundo NBI e o número de mudanças realizadas pelo responsável dentro do próprio município.

Nesse caso, os dados sugerem que a mobilidade espacial apresenta-se ligada à capacidade econômica dos indivíduos e, portanto, uma possível melhoria de vida (ao menos vista do ponto de vista habitacional), uma vez que justamente são aqueles mais empobrecidos (NBI) os menos móveis no espaço intramunicipal. A análise da Tabela 4 mostra que os responsáveis por domicílios

Tabela 4 – Número de mudanças intramunicipais feitas pelo responsável pelo domicílio, segundo categorias de condições domiciliares, RMC, 2007

Número de mudanças intramunicipais	NBI_Convencional		Total	NBI_Ampliado		Total
	NBI - %	NBS - %		NBI - %	NBS - %	
0	18,7	81,3	100,0 (285)	14,1	85,9	100,0 (224)
1	14,6	85,4	100,0 (440)	13,9	86,1	100,0 (345)
2	14,5	85,5	100,0 (537)	14,6	85,4	100,0 (435)
3 ou mais	13,5	86,5	100,0 (561)	13,4	86,6	100,0 (449)

Fonte: Pesquisa domiciliar, Projeto Vulnerabilidade, Nepo/Unicamp, 2007.

menos atendidos (NBI_Convencional) estão mais concentrados entre aqueles que não haviam realizado qualquer mudança de domicílio dentro do município onde residiam (18,7%).¹²

Por último, observamos os dados referentes ao número de municípios onde os chefes já moraram, a fim de verificar, ainda que de maneira indireta, se a trajetória migratória destes apresenta alguma influência sobre suas situações habitacionais (Tabela 5). Novamente, nesse caso, parece haver fortes indícios de que pessoas com trajetórias migratórias mais complexas tenderiam a apresentar piores condições habitacionais se consideradas a partir do NBI_Ampliado, já que no Convencional as diferenças não se mostram significativas.

Tal resultado em nada contradiz os anteriores. Especialmente no caso da migração intrametropolitana, sabendo que muitos destes também são migrantes externos, é perfeitamente esperado que tais migrantes apresentassem mais municípios prévios de residência quando comparados, por exemplo, com

aqueles que vieram diretamente para a RMC. Ou seja, a relação entre migração e precarização habitacional parece configurar-se não necessariamente a partir de simples condição migratória ("migrante" ou "não migrante"), mas principalmente em termos das trajetórias estabelecidas pelos primeiros. Os dados sugerem que a intensa mobilidade para e dentro da metrópole não é capaz de garantir uma ascensão social, ao menos no que se refere à habitação.

Na Tabela 6, partimos para análise da relação entre condições habitacionais e o ciclo vital familiar aqui considerado a partir da *proxy*, ou seja, a idade do responsável pelo domicílio. Assim, percebemos, uma vez mais, que o fator tempo é bastante determinante no alcance de melhores condições habitacionais.

É observado que nas categorias NBI (tanto para NBI_Convencional como NBI_Ampliado) encontramos as maiores concentrações de responsáveis por domicílio nas faixas intermediárias (30 a 49 anos, 24,8% e 20,1%

Tabela 5 – Número de municípios onde o responsável pelo domicílio morou, segundo categorias de condições domiciliares, RMC, 2007

Número de municípios	NBI_Convencional		Total	NBI_Ampliado		Total
	NBI - %	NBS - %		NBI - %	NBS - %	
1	15,7	84,3	100,0 (451)	9,7	90,3	100,0 (348)
2	16,4	83,6	100,0 (725)	13,1	86,9	100,0 (551)
3	14,5	85,5	100,0 (385)	17,9	82,1	100,0 (310)
4 ou mais	14,5	85,5	100,0 (253)	17,5	82,5	100,0 (211)

Fonte: Pesquisa domiciliar, Projeto Vulnerabilidade, Nepo/Unicamp, 2007.

Tabela 6 – Grupo etário do responsável pelo domicílio, segundo categorias de condições habitacionais, RMC, 2007

Grupo etário do chefe	NBI_Convencional		Total	NBI_Ampliado		Total
	NBI - %	NBS - %		NBI - %	NBS - %	
18 a 29 anos	16,6	83,4	100,0 (181)	13,0	87,0	100,0 (138)
30 a 39 anos	24,8	75,2	100,0 (322)	20,1	79,9	100,0 (231)
40 a 49 anos	18,8	81,2	100,0 (396)	17,1	82,9	100,0 (298)
50 a 59 anos	12,9	87,1	100,0 (368)	11,2	88,8	100,0 (305)
60 e mais	7,9	92,1	100,0 (554)	11,6	88,4	100,0 (480)

Fonte: Pesquisa domiciliar, Projeto Vulnerabilidade, Nepo/Unicamp, 2007.

Tabela 7 – Sexo do responsável pelo domicílio, segundo categorias de condições habitacionais, RMC, 2007

Sexo do responsável	NBI_Convencional		Total	NBI_Ampliado		Total
	NBI - %	NBS - %		NBI - %	NBS - %	
Masculino	16,6	83,4	100,0 (1355)	15,9	84,1	100,0 (1069)
Feminino	10,1	89,9	100,0 (468)	8,8	91,2	100,0 (384)

Fonte: Pesquisa domiciliar, Projeto Vulnerabilidade, Nepo/Unicamp, 2007.

respectivamente). Já entre os responsáveis pertencentes a grupos etários mais avançados, há maior concentração daqueles em melhores condições habitacionais (NBS), também para ambas as categorias.

Ou seja, também a partir dessa variável fica claro que, sobretudo para a população de baixa renda, a questão habitacional tende a ser um elemento muito ligado ao curso de vida, de pessoas e de famílias.

Analisando a composição da população segundo o sexo dos responsáveis pelo domicílio (Tabela 7), destaca-se que o grupo feminino apresenta percentuais maiores em domicílios NBS do que o masculino. Isto é, pode-se inferir que a chefia feminina se concentra mais em domicílios de melhores condições habitacionais. Esse fato, ao mesmo tempo em que desmitifica, ainda que parcialmente, a relação entre chefia feminina e pobreza, parece associar-se à composição mais envelhecida do grupo de domicílios NBS (ver Tabela 6), que tem entre os seus principais condicionantes os diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres que implica a existência de mais domicílios

chefiados por mulheres, em geral, viúvas ou separadas.

De fato, os dados já divulgados pelo projeto responsável pelo levantamento domiciliar aqui utilizado mostram que 67,6% das mulheres responsáveis por domicílio na RMC (que representam 26% dos domicílios) possuíam mais de 50 anos de idade (Cunha, 2009).

Evidências da análise multivariada

Todas as variáveis analisadas individualmente na seção anterior foram incorporadas em um modelo de regressão logística sendo a variável independente dicotômica relativa à condição de NBI (valor 1) e NBS(0). Dessa forma, seria possível controlar o efeito de cada uma dessas variáveis sobre a condição habitacional tendo sido controlados os efeitos das demais. De fato, deve-se reconhecer a existência de correlação entre situações de migração e pobreza, por exemplo, ou dessa última com momentos distintos do ciclo vital, razão pela qual seria importante aferir se os atributos avaliados

teriam ainda assim algum impacto, mesmo que na presença de outros.

O Quadro 1 mostra os resultados da aplicação do modelo para a variável NBI_Convencional¹³ para duas situações: a primeira considerando a variável de segregação socioespacial (as Zonas de Vulnerabilidade) e a segunda sem essa variável.

Basicamente, o modelo nos mostra que, de fato, a idade do responsável do domicílio tem impacto importante sobre a probabilidade de que o indivíduo apresente precariedade habitacional. De fato, para os responsáveis mais jovens, as chances são maiores em relação aos mais velhos (acima de 60 anos). É interessante notar que ao se controlar pela variável de segregação (as ZVs) essa variável não apenas se mostra importante – morar na

ZV1, a mais segregada e vulnerável, implica ter 4 vez mais chances de ser NBI – como também atenua, em certa medida, as diferentes chances de jovens e velhos apresentarem NBI distintos. Enquanto no primeiro caso os jovens apresentam 5 vezes mais chances, esse valor aumenta para mais de 6 vezes quando a variável ZV não é considerada. Muito provavelmente a correlação existente entre precariedade socioespacial e o momento do ciclo vital que permitiria, por exemplo, viver em bairros mais consolidados poderia explicar esse resultado.

Conclusões semelhantes podem ser retiradas a partir da observação da variável educação, que mostra as maiores probabilidades de que chefes menos educados estejam em situação desvantajosa com relação àqueles

Quadro 1 – Modelo de regressão logística ajustado para a variável dependente “condição de NBI_Convencional” utilizando variáveis independentes sociodemográficas, RMC, 2007

Variável	Categorias	Com variável ZV				Sem variável ZV			
		Estimador	Wald chis-square	Pr> chis-square	exp(est)	Estimador	Wald chis-square	Pr> chis-square	exp(est)
Zonas de Vulnerabilidade	ZV_1	1,453	5,313	0,021	4,276				
Idade do responsável	18 a 29 anos	1,649	17,594	0,000	5,200	1,923	25,592	0,000	6,843
	30 a 39 anos	1,399	16,928	0,000	4,051	1,747	29,052	0,000	5,737
	40 a 49 anos	1,267	17,171	0,000	3,551	1,504	26,019	0,000	4,500
	50 a 59 anos	–	–	–	–	0,596	3,904	0,048	1,815
Educação	Primário incompleto	2,324	9,024	0,003	10,215	2,771	13,467	0,000	15,981
	Ginásio incompleto	2,083	7,616	0,006	8,025	2,424	10,686	0,001	11,286
	Colegial incompleto	1,614	4,323	0,038	5,023	1,879	6,043	0,014	6,545
Tempo de residência no município	10 a 19 anos	0,473	3,041	0,081	1,605	0,573	4,614	0,032	1,774
	Constante	-5,624	30,462	0,000	0,004	-5,333	37,933	0,000	0,005

Obs.: *** p-val < 0,001 – ** p-val < 0,05
 “–” = categoria com coeficiente não significante.

que possuem formação universitária completa (categoria de referência). Da mesma forma, essa diferença acentua-se ainda mais quando a variável de segregação não é utilizada.

Finalmente, a única variável demográfica considerada que mostra algum efeito individual significativo sobre a condição de NBI é o tempo de residência no município. De fato, o modelo mostra que para aqueles que vivem no município entre 19 e 20 anos apresentam 1,6 mais chances de serem NBI se comparado à categoria de referência (mais de 20 anos). O interessante é que, como já apontado na seção anterior, esse efeito não aparece para aqueles com menos de 10 anos de residência. Como comentado, esse fato precisaria ser avaliado com mais detalhe para uma melhor compreensão.

Infelizmente, quando colocadas no modelo todas as demais variáveis, em particular aquelas relativas à condição migratória, não se mostraram estatisticamente significantes para interferir na probabilidade do responsável pelo domicílio ser ou não NBI. No entanto, acredita-se que pelos indicativos da análise univariada essa relação deveria ser melhor explorada de forma a que fosse possível estabelecer a partir de que mecanismos a migração teria impacto sobre a condição de moradia.

Considerações finais

De forma geral, é possível concluir que os dados aqui apresentados vão ao encontro de muitas das hipóteses levantadas. Encontramos fortes indícios sobre a relação entre aspectos demográficos, particularmente condição

migratória, e as diferentes formas de assentamento propostas. Mesmo considerando que no modelo multivariado esses aspectos perderam importância (particularmente em favor das variáveis sociais, como educação e lugar de residência), ainda assim pode-se dizer os resultados apresentaram boas indicações de que, em consonância com nosso argumento, o demográfico também conta para definir as diferentes formas de morar na metrópole.

Como seria de se esperar, as áreas mais consolidadas da metrópole são, de certa forma, "reservadas" para aqueles indivíduos e famílias que há mais tempo chegaram aos seus municípios de residência. Fato que revela a lógica perversa que impera no processo de ocupação de nossas cidades, que praticamente "fecha" as áreas de melhor infraestrutura para a população mais pobre e com menos tempo na região. Não obstante, os resultados aqui obtidos não foram definitivos em mostrar que os mais recentes (com menos de 10 anos de residência) eram os que piores condições apresentavam, percebe-se que indiscutivelmente essa variável faz diferença para se prever a condições de precariedade nas formas de morar.

No mesmo grupo dos domicílios melhor atendidos, encontramos maior percentual de mulheres como responsáveis pelos domicílios. Tal fato por um lado coloca em cheque a ideia da existência de uma relação direta entre chefia feminina e pobreza. E, por outro lado reforça a necessidade de melhor avaliar essa questão, já que se sabe que boa parte dessas mulheres encontra-se em estágio mais avançado do ciclo de vida familiar, muitas delas vivendo na ausência de um cônjuge, por exemplo, em função da viuvez. Tanto é assim que na análise multivariada, ao contrário da idade, a variável

sexo do responsável não se mostrou significativa para prever a condição habitacional.

Os dados levantados também destacam a relação positiva entre o fator tempo de residência e a qualidade habitacional. Nesse caso, a variável aparece como significativa também no modelo multivariado, o que mostra que não se trata apenas de avançar ou não no ciclo de vida para se atingir melhor condição de moradia. Em se tratando da condição de migrante, o tempo transcorrido desde a chegada no município representa elemento importante a ser considerado.

Na categoria intermediária, dos domicílios que tinham suas necessidades básicas atendidas, porém, com algumas carências menos visíveis por serem reveladas (aqui se chamada NBI, do NBI_Ampliado), encontramos indícios de que a mobilidade intrametropolitana e intermunicipal era fator de impacto negativo na qualidade habitacional. Isto é, possivelmente ao buscar moradia própria, para fugir do aluguel e/ou para ter “segurança de posse”, esses responsáveis por domicílio acabariam por se submeter a condições piores de moradia.

Finalmente, entre aqueles que mais sofrem com as assimetrias do aparelhamento urbano, segregação social e residencial, os domicílios que ainda não conseguiram atingir os “mínimos sociais” esperados, encontramos o maior percentual de migrantes recentes e, portanto, de famílias e pessoas mais jovens.

No entanto, alertou-se para o fato de que tal constatação não significa transferir para a migração recente – como muitos ficam

tentados a fazer – a responsabilidade das mazelas do tecido urbano; na verdade, os dados mostram que também nessa situação encontra-se um número ainda mais significativo de migrantes de longa data.

Na verdade o que nossa análise revela é que não apenas o movimento migratório, mas também tempo de residência pode se traduzir em ativos para algumas famílias no sentido de melhorarem sua posição em termos habitacionais. Claro que os mecanismos subjacentes a essa relação não estão revelados neste trabalho, dos quais destacaríamos a forma de inserção no mercado de trabalho, a quantidade e qualidade das informações adquiridas, etc. No entanto, parece não haver dúvidas que tais atributos são aspectos essenciais. Deveriam, portanto, ser levados em conta não apenas nas análises, mas também em ações concretas que visem resolver ou minorar os problemas na dimensão habitacional.

Assim, o aprofundamento dessas relações, bem como a identificação dos mecanismos a partir dos quais as características demográficas atuam sobre a dinâmica habitacional são aspectos importantes, que precisam e merecerão maior atenção na continuidade desta linha de trabalho.

Assim, além de sua contribuição para o debate acadêmico, espera-se que esta análise possa informar e talvez inspirar formas alternativas de se pensar o problema habitacional em nossas metrópoles, quem sabe permitindo intervenções e ações mais eficazes, uma vez que estes conheçam de forma mais detalhada a realidade do “espaço social” que pretendem atender.

Izabella Maria Zanaga de Camargo Neves

Arquiteta Urbanista. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil.
izabella@nepo.unicamp.br

José Marcos Pinto da Cunha

Demógrafo. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil.
zemarkos@nepo.unicamp.br

Notas

- (1) Cabe esclarecer que, para assentamento urbano precário, usaremos a definição proposta pelo UN Habitat: “um grupo de indivíduos morando debaixo do mesmo teto que careça de pelo menos um (em algumas cidades dois ou mais) dos seguintes atributos: segurança da posse, qualidade estrutural e durabilidade da construção, acesso a água potável, acesso a esgotamento sanitário e espaço suficiente para morar” (ODM, Relatório Nacional de Acompanhamento, 2007, p. 116).
- (2) Cabe esclarecer que o caráter restrito do mercado de terra urbanizada e a inexistência de linhas de crédito para população de baixa renda adquirir moradia são fatores centrais na alocação (e segregação) dos pobres no tecido urbano. Contudo, nesse momento, manteremos o foco nos aspectos sociodemográficos da questão por se tratar do objetivo principal do estudo proposto.
- (3) Por exemplo, os dados de pesquisa domiciliar de 2007 mostram que 7,7% das famílias alegam motivos ligados ao custo de morar para a mudança de domicílio.
- (4) Em toda bibliografia levantada, é notória a centralidade da influência do mercado de trabalho na vida e sobrevivência da população, “produção e reprodução” das esferas familiares, em especial para as camadas mais empobrecidas.
- (5) Para maiores informações sobre a fonte de dados, consulte: www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade
- (6) Salienta-se que o questionário buscou inovar com relação aos quesitos coletados, incluindo informações diferenciadas e pouco comuns em levantamentos desse tipo. Tais domicílios foram escolhidos através de uma amostra aleatória, especialmente desenhada para captar a heterogeneidade espacial da região, sobretudo em termos do grau de vulnerabilidade das famílias.
- (7) Cabe ressaltar que a escolha de esse método se deu pelo fato de esse indicador não medir apenas a proporção de domicílios que não estão na situação ideal, mas sim a proporção daqueles que estão em situação insustentável.
- (8) Inicialmente havia sido incluída uma variável sobre a existência de documentação que comprovasse a propriedade do terreno no qual estava construído o domicílio. Todavia, por questões metodológicas, esta foi retirada. O fato é que tal questão apresentava grande número de não respostas (aproximadamente 26,0%), o que reduzia de forma significativa a amostra, prejudicando as possibilidades de análise. Uma vez removida essa variável, em uma nova análise, constatou-se alteração significativa em relação aos dados sobre migração: aumento no percentual de migrantes extrametropolitanos (de 46,1% para 68,95) e redução dos não migrantes (de 42,2%

- para 24,0%), %), já o percentual dos migrantes intrametropolitanos não sofreu grande impacto (7,1% para 11,7%). A entrada do grupo extrametropolitano na segunda amostra indica que este foi o grupo que mais se absteve de responder sobre a documentação do imóvel onde reside, possivelmente por não possuírem informações, ou mesmo documentação, adequadas.
- 9) As tabelas foram organizadas de forma a categorizar os domicílios e assim permitir comparações entre algumas características sociodemográficas dos responsáveis pelos domicílios em 03 grupos principais: aqueles não atendidos em suas necessidades básicas (NBI da coluna NBI_Convencional) e os demais domicílios da amostra (NBS do NBI_Convencional). Na segunda coluna (NBI_Ampliado), foram suprimidos do banco de dados esses domicílios mais carentes, classificados como NBI do NBI_Convencional, e então aplicados os critérios relativos à qualidade dos serviços públicos (NBI_Ampliado) a fim de obtermos dois outros grupos de domicílios, aqueles chamados intermediários no que se refere ao atendimento de suas necessidades habitacionais (NBI do NBI_Convencional) e os demais considerados totalmente atendidos (NBS).
- (10) As ZV's são estratos criados a partir das informações das áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2000 a partir do conceito de vulnerabilidade social. Para a RMC, forma propostas quatro ZV sendo a mais vulnerável a ZV1 e a menos a ZV4. Para maiores detalhes sobre o procedimento ver Cunha et al., 2006(a) ou Cunha, 2009.
- (11) Segundo a Agenda Habitat (1966), o termo moradia digna contempla o conceito de habitação de interesse social: habitação além das funções de abrigo, o que inclui o acesso às atividades urbanas, às condições de saneamento básico e à garantia de posse. Nesse caso específico, a noção de "segurança habitacional" refere-se à garantia dos residentes permanecerem no local ante a impossibilidade de pagar o aluguel por motivos vários como morte, desemprego, adoecimento do chefe do domicílio; bem como em relação à ações de despejo/remoção como reintegração de posse.
- (12) Embora seja analisado nesse momento, há que se considerar que, em muitos casos, essa mobilidade esteja associada à característica anteriormente analisada, ou seja, o tempo de residência no município. Contudo, não deixa de ser interessante notar que a relação mobilidade e condições habitacionais parece ser significativa.
- (13) Infelizmente, não foi possível ajustar o modelo para o "NBI_Ampliado" em função do volume de registros com valores *missings* que poderiam deturpar os resultados.

Referências

- ABRAMO, P. (2003). *A dinâmica do mercado informal de solo e a mobilidade residencial dos pobres, versão preliminar*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.
- ALFONSIN, B. M. et al. (2002). *Regularização da terra e da moradia: o que é e como implementar?* São Paulo, Instituto Polis.
- BATISTA, N. F. B. e CACCIAMALI, M. C. (2009). Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 26, n. 1, pp. 97-115.
- BILAC, E. D. (1997). "Arranjos domésticos e condição migratória". In: PATARRA, N. et al (org). *Migração Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo 1980 – 1993*. Campinas, Unicamp/IE.
- _____. (2006). "Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social". In: CUNHA, J. M. P. (org). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, NEPO/Unicamp.
- BÓGUS, L. (1992). *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez.
- BONDUKI, N. e ROLNIK, R. (1979). *Periferia: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo, FAU/USP, Fundação para a Pesquisa Ambiental.
- _____. (1982). "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho". In: MARICATO, E. (org.). *A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-ômega.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J. C. (1982). *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- CAIADO, M. C. S. (2004). *Estruturação intra-urbana e contrapartidas sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na região do Distrito Federal e Entorno*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH/Unicamp.
- CALDEIRA, T. (1999). *A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo, Paz e Terra.
- _____. (2001). *A cidade dos muros: Violência, segregação e cidadania na cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora 34.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo, Paz e Terra.
- CUNHA, J. M. P. (1994). *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH/Unicamp.
- _____. (coord.) (2009). *Sumário de dados da Região Metropolitana de Campinas*. NEPO/Unicamp, Campinas.
- CUNHA, J. M. P. e DEDECCA, C. S. (2000). Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 17, n. 1/2.
- CUNHA, J. M. P. e OLIVEIRA, A. A. B. (2001). "População e espaço intra-urbano em Campinas". In: HOGAN, D. J. et al (org.). *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas, NEPO/Unicamp.

- CUNHA, J. M. P. e JIMENEZ, M. A. (2006). "Segregação e acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas". In: CUNHA, J. M. P. (org). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, NEPO/Unicamp.
- CUNHA J. M. P. et al. (2006a). "A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas". In: CUNHA, J. M. P. da (org.). *Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, NEPO/Unicamp.
- _____ et al. (2006b). "Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas". In: CUNHA, J. M. P. da. (org.). *Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, NEPO/Unicamp.
- FERES, J. C. e MANCERO, X. (2001). El método de las necesidades básicas insatisfechas y sus aplicaciones em America Latina. *Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos*. Santiago de Chile, v. 7, pp. 5-53.
- FERREIRA, J. S. W. (2000). Globalização e urbanização subdesenvolvida. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 14, n. 4.
- FERREIRA, M. E. et al. (2007). *Uma metodologia para a estimação de assentamentos precários em nível nacional*. São Paulo, CEM/Cebrap.
- GOTTDIENNER, M. (1993). *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Edusp.
- HARVEY, D. (2005). *The new imperialism*. Oxford, Oxford University Press.
- JAKOB, A. A. E. (2003). *Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH/Unicamp.
- KAZTMAN, R. et al. (1999). *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Santiago do Chile, OIT.
- KOWARICK, L. (1980). *A espoliação urbana*. São Paulo, Paz e Terra.
- _____ (1991). Cidade e cidadania, cidadão privado e subcidadão público. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 5, n. 2, pp. 2-8.
- LAGO, L. C. (2003). Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e segregação urbana. Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte.
- MARICATO, E. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo, Hucitec.
- _____ (1997). *Habitação e cidade*. São Paulo, Atual.
- MARQUES, E. e TORRES, H. (2005). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Ed. Senac.
- MOLLENKOPF, J. e CASTELLS, M. (1992). *Dual city: restructuring New York*. Nova Iorque, Russel Sage Foundation.
- ODM – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (2007). *Relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília, IPEA, MP, SPI.
- OJIMA, R. (2007). *Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH/Unicamp.

- OLIVEIRA, J. S. (1984). Família favelada: Trabalho e rendimento. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4. Águas de São Pedro, *Anais...*, p. 360, São Paulo, ABEP.
- PASTERNAK, S. (2001). *Alternativas habitacionais para população de renda baixa: conceito, mensuração e evolução na cidade de São Paulo*. (Texto apresentado em concurso de livre docência).
- _____ (2004). Mudanças produtivas e estrutura socioespacial das metrópoles. *Espaço & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, v. 24, n. 45.
- PATARRA, N. L. e CUNHA, J. M. P. (1987). Migração: um tema complexo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 1, n. 2, pp. 32-35.
- PRETECEILLE, E. e VALLADARES, L. (2000) "Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca". In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro, Revan.
- RIBEIRO, L. C. Q. (1997). *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____ (2000). "Cidade desigual ou Cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro". In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *O Futuro das Metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro, Revan.
- RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. C. (1999). O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23. Caxambu. 31 p. Mimeografado.
- ROLNIK, R. et al. (1990). *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo, Brasiliense.
- SABATINI, F.; CÁCERES, G. e CERDA, J. (2001). Segregação residencial nas principais cidades chilenas. *Revista Eure*. Santiago de Chile, v. 82, n. 27.
- SANTOS, M. (1996). *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec.
- SASSEN, S. (1991). *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press.
- SINGER, P. (1980). "O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista". In: MARICATO, H. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Alfa Ômega.
- WISNER, B. (2003). Disaster risk reduction in megacities: making the most of human and social capital. In: KRAMER et al. *Building safer cities: the future of disaster risk*. Washington DC, The World Bank.

Texto recebido em 3/nov/2009
Texto aprovado em 25/nov/2009